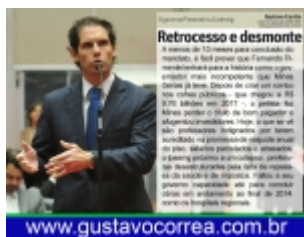


Artigo: Retrocesso e desmonte



Gustavo Corrêa

Deputado estadual (DEM) e líder do bloco de oposição Verdade e Coerência

A menos de 10 meses para conclusão do mandato, é fácil prever que Fernando Pimentel entrará para a história como o governador mais incompetente que Minas Gerais já teve. Depois de criar um rombo nos cofres públicos - que chegou a R\$ 9,76 bilhões em 2017 -, o petista fez Minas perder o título de bom pagador e afugentou investidores. Hoje, o que se vê são professores indignados por terem acreditado na promessa de reajuste anual do piso, salários parcelados e atrasados, o Ipsemg próximo a um colapso, prefeituras desestruturadas pela falta de repasses da saúde e de impostos. Faltou a seu governo capacidade até para concluir obras em andamento ao final de 2014, como os hospitais regionais.

Nesse cenário, Pimentel e aliados insistem em tentar atribuir o fracasso de seu governo às gestões passadas. Um insulto à memória dos mineiros. Quem não se lembra, por exemplo, que de 2003 a 2014 o asfalto chegou a centenas de cidades que não contavam com esse benefício? Que as crianças passaram a ler mais cedo, aos 6 anos? Que os salários eram pagos no 5º dia útil, os servidores recebiam o 13º em dia e ainda o prêmio por produtividade?

Infelizmente, Minas saiu dos trilhos a partir de 2015. Enquanto destruía iniciativas e políticas públicas, o governo petista passou a inventar manobras mirabolantes e inócuas, com a falsa promessa de fazer investimentos para os mineiros ou reequilibrar as finanças. Foi assim com os depósitos judiciais, quando cerca de R\$ 5 bilhões foram parar nos cofres públicos. Foi assim quando o Executivo parou de pagar a dívida com a União. Ou quando aprovou em lei a criação de fundos imobiliários para vender o patrimônio de Minas e pagar aluguel pelo uso de imóveis próprios.

Na mais recente manobra, Pimentel quer entregar, de forma atabalhoada e sem transparência, 49% das ações da Codemig na extração do nióbio, um dos metais mais raros e cobiçados do mundo. Não basta vender as ações como a base governista aprovou em 2017. Quer desmembrar a estatal em duas, criando a Codemge. Enquanto a Codemig ficará responsável pelo nióbio e venderá as ações, a nova estatal, que nasce manca e sem dinheiro, vai cuidar das outras atividades, como as águas minerais e distritos industriais.

Na pressa, governistas tentaram aprovar a cisão por meio de emenda em projeto de lei com o qual não guarda relação. Após pressão da oposição, com receio da judicialização e do descrédito de investidores, Pimentel recuou. Desistiu de aprovar a divisão da Codemig por meio de emenda, mas encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto de lei com o mesmo objetivo. Insiste em abrir mão de mais de R\$ 300 milhões anuais advindos do nióbio, na expectativa de torrar R\$ 6 bilhões às vésperas das eleições. E sequer aceita emenda da oposição para destinar o recurso a ser arrecadado para a saúde e a segurança pública.

Na ânsia de colocar a mão no dinheiro, líderes do PT saem em defesa do que chamavam de

“entreguismo”. Um vale tudo petista para angariar e usar recursos em conchavos eleitoreiros.

<http://gustavocorrea.com.br/noticia/99/artigo-retrocesso-e-desmonte> em 25/05/2018 06:05